O NÃO-LUGAR DO PARDO: O LIMBO IDENTITÁRIO DO BRASIL

THE NON-PLACE OF THE PARDO: BRAZIL'S IDENTITY LIMBO

Amanda Maria da Silva, Indira Coelho de Souza, Wilma Rocío R. Safuan, Valéria Freitas Nancy

Universidade Santa Cecília, Faculdade de Psicologia
E-mail para contato: amandasjrp@yahoo.com.br

RESUMO – A pesquisa investiga a identidade racial da população parda no Brasil, analisando sua autopercepção e reconhecimento social. Baseado em uma abordagem crítica e decolonial, discute como colonialismo, o racismo estrutura e as políticas de embranquecimento contribuíram para a construção de um limbo identitário. Objetivo é investigar as percepções identitárias da população parda no Brasil, analisando como se reconhecessem e são socialmente percebidas em relação à raça e cor. A metodologia foi uma abordagem quantitativa e qualitativa analisando a percepção das pessoas e sua identidade racial em contexto sociocultural. As discussões teóricas são embasadas na psicanálise. O resultado revela limites estruturais na educação e no reconhecimento social da diversidade racial no Brasil.

Palavras-chave: Identidade racial; Racismo; Decolonialidade; Classificação racial.

ABSTRACT – This research investigates the racial identity of the brown population in Brazil, analyzing their self-perception and social recognition. Based on a critical and decolonial approach, it discusses how colonialism, structural racism, and whitening policies have contributed to the construction of an identity limbo. The objective is to investigate the identity perceptions of the brown population in Brazil, analyzing how they recognize and are socially perceived in relation to race and color. The methodology used a quantitative and qualitative approach, analyzing people's perceptions and their racial identity in a sociocultural context. The theoretical discussions are grounded in psychoanalysis. The results reveal structural limitations in education and the social recognition of racial diversity in Brazil.

Keywords: Racial identity; Racism; Decoloniality; Racial classification.

1 INTRODUÇÃO

Em 2022, pela primeira vez na história do Brasil, a maioria da população declarou-se como parda, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023) os pardos representam o montante de 45,3% o que equivale a 92,1 milhões de brasileiros. O outro montante é dividido em 43,5% de brancos, 10,2% de pretos, 0,6% de indígenas e 0,4% de amarelos. É essencial ressaltar que segundo os critérios do instituto entende-se como negro a pessoa preta ou parda, a somatória dos dois grupos resulta no percentual de 55,5% de negros. Outro ponto importante de destacarmos é a distinção entre os termos negro e preto, usaremos o termo negro em referência aos pardos e pretos. E o termo preto quando estivermos nos referindo ao preto retinto, uma vez que na nossa sociedade quanto mais escuro é o tom da pele maior o preconceito.

O interesse por investigar como a pessoa parda se reconhece em relação ao seu grupo étnico surgiu durante as aulas de Psicologia Social no quinto semestre do curso, em 2023. Em uma das aulas, ao ser questionado pela professora quem se considera pardo, apenas uma das pesquisadoras e mais dois alunos levantaram a mão em um total de 35 alunos.

Diante dessa disparidade, emergiu o seguinte questionamento: os demais alunos pardos não se manifestaram por não se reconhecerem como tais ou por falta de conhecimento sobre o conceito de identidade étnica? Caso a razão seja falta de informação, considerando o contexto de um ambiente acadêmico, como essa questão reverbera na sociedade de forma mais ampla? Para compreender a construção da identidade do pardo, adotamos uma perspectiva crítica e decolonial. Segundo Ballestrin (2013), o pensamento decolonial é produzido a partir das experiências dos povos subalternizados e oprimidos pela modernidade capitalista, em contraposição ao padrão eurocêntrico. Essa abordagem busca articular o descentramento epistêmico, cultural e político, proporcionando uma releitura crítica da história e da subjetividade dos brasileiros. para tal revisitaremos alguns conceitos a partir dessa ótica como o colonialismo do Brasil, escravidão, racismo estrutural, o mito da democracia racial, os privilégios da branquitude e o sistema de classificação do IBGE.

Segundo Fanon (2008) todo o povo colonizado nasce com um complexo de inferioridade devido ao sepultamento da sua cultura, ou seja, os processos de colonização obedecem sempre a mesma lógica em que uma cultura por se julgar superior domina outra, a dominação só é possível por via da violência, uma vez que o colonizador é detentor do poder bélico, portanto no Brasil ao contrário do que foi preconizado nos livros didáticos a colonização não aconteceu

pela via do escambo, mas, da violência. Segundo o autor, é nesse momento que se instaura o complexo de inferioridade, havendo uma sobreposição da linguagem, da religião, dos hábitos, costumes, vestimentas do colonizado frente ao colonizador, consequentemente entende-se que a dominação acontece duas vezes, quando ocorre os fatos e segundo quando a história é contada.

Como ocorreu por centenas de anos nos livros didáticos usados no Brasil. Segundo Freud (1920) há dois tempos no trauma, quando acontece o evento e quando o trauma é reatualizado em um momento posterior, ou seja, quando o sujeito vivencia uma repetição dessa ocorrência.

Em um cenário de aumento da população marginalizada, (os pretos que não tinham trabalho) o complexo de inferioridade em relação aos povos europeu, advindos da exploração, o desejo por progresso, as ideias de eugenia que por definição é a ciência do 'aprimoramento racial' encontraram no Brasil um terreno fértil para o desenvolvimento de sua ideologia. A eugenia se foi uma política de Estado, instaurada pela n. 601, de 18 de setembro de 1850, também conhecida como a Lei de Terras, acesso apenas ao imigrantes que vieram trabalhar nas terras, administração pública e na formação de colônias.

Essa construção simbólica com bases eugenistas estava permeada em toda a burguesia que vivia no Brasil nesta época, alcançada em várias áreas demonstrada na declaração de um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, Sylvio Romero (1880 apud Bento, 2002):

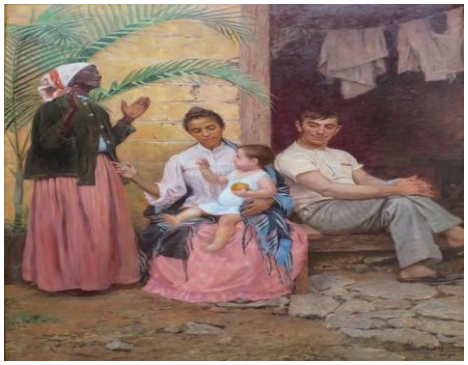
> Pela seleção natural, o tipo branco irá tomando preponderância até mostrar-se puro e belo como no Velho Mundo [...] Dois fatos contribuirão largamente para esse resultado: de um lado, a extinção do tráfico africano e o desaparecimento constante dos índios, e, de outro, a imigração europeia.

Nas artes a obra "A Redenção de Cam", pintura em óleo do artista espanhol Modesto Brocos de 1895 elaborada no Rio de Janeiro, retrata o embranquecimento. O artista retrata a personagem que seria a avó do bebê como uma mulher preta com as mãos para o céu em agradecimento pelo nascimento do bebê branco, seu neto foi livrado da "maldição" de ser preto, já que sua filha, parda casou-se com um homem branco.

Segundo Souza (2021) O mito é uma fala um discurso que tem como objetivo escamotear o real, negar a história e transformar em "natureza" o mito é um efeito social com determinantes econômicos-políticos-ideológicos e psíquicos.

Ante o exposto ser preto no nosso país é visto como um problema, um problema do qual é preciso esquivar-se sempre que possível. Em detrimento do lugar do preto de desprestígio, temos o lugar do branco, lugar de privilégios, lançaremos mão aqui do conceito de branquitude.

Figura 1: Obra a redenção de Cam



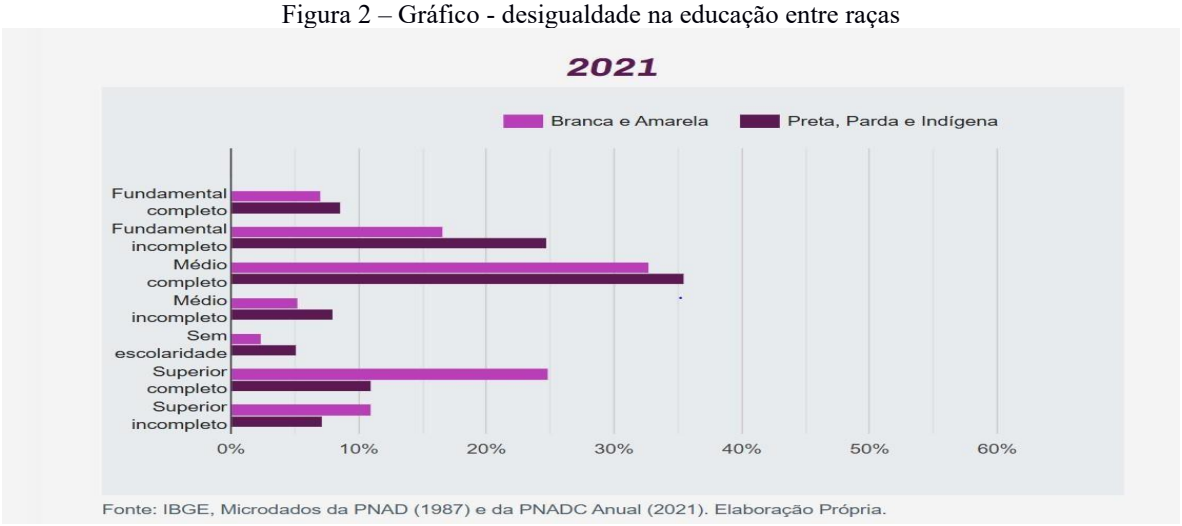
Fonte: Madesto Brocos, 1895

De acordo com Shucman (2020):

> A branquitude é uma racialidade construída sócio historicamente como uma ficção de superioridade, que produz e legitima a violência racial contra grupos sociais não- brancos e beneficia os brancos dando a eles privilégios materiais e simbólicos... A branquitude se revela como um sistema político do pensamento social, um fenômeno ideológico pautado na colonização, racialização do outro e negação do racismo.

Segundo Shucman (2020) os privilégios da branquitude não são apenas materiais, mas também imaterial prova disso são os dados do Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil (2022) enquanto os brancos são maioria no ensino superior, os negros são maioria em todos os outros níveis de educação.

Figura 2 – Gráfico - desigualdade na educação entre raças



Fonte: Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil, 2022.

Os privilégios da ordem do simbólico são igualmente significativos, porém laboriosos de identificação uma vez que as sociedades ocidentais se baseiam nos padrões culturais eurocêntricos, no entanto segundo Peggy McIntosh (1989, apud SCHUCMAN 2020):

> A ideia de privilégio é essencial para a compreensão da branquitude, a autora cita alguns exemplos dos privilégios da ordem do simbólico.
> - Posso fazer compras sozinha na maior parte do tempo com bastante certeza de que não serei seguida ou assediada.
> -Posso ligar a tv ou abrir a primeira página do jornal e ver pessoas da minha raça amplamente representada.

Vale ressaltar que branquitude não se refere ao grupo de pessoas brancas, mas ao conjunto de ações e ideias construídas sócio historicamente que os privilegiam ainda que de forma involuntária. Neste sentido é incontestável que na nossa sociedade existe um ser humano ideal, um modelo a ser seguido, e ele é branco, Freud (1920) chamou esse modelo ideal, de ideal do Eu, segundo a teoria psicanalítica todos nós temos esse modelo projetado psiquicamente e passamos a vida tentando nos aproximar desse modelo.

Segundo Souza (2021) o ideal do Eu, proposto por Freud é uma instância que estrutura o sujeito, um modelo do campo simbólico que é posto como uma exigência do Supereu ao Eu, a autora afirma que quando alguma realização do Eu se aproxima a projeção do ideal do eu, há no sujeito uma sensação de triunfo, e o contrário, surge no sujeito o sentimento de culpa e de inferioridade. Sendo o ideal do eu um modelo irrealizável quando ele é branco, torna-se duas vezes irrealizável para as pessoas não brancas. Produzindo um complexo na subjetividade das pessoas não-brancas.

Nessa perspectiva, questionamos o lugar do pardo. Se, por um lado, o branco é associado a uma série de privilégios e, por outro, o preto a um conjunto de desprestigiados, qual seria o lugar do pardo? O sujeito pardo se encontra em uma tensão de ser ele muito preto para ser branco, ou muito branco para ser preto. Esse dilema surge diante da inquietação das pesquisadoras, especialmente ao observar que, embora a maior parte da população se identifique como parda, raramente vemos pessoas se declarando assim no cotidiano.

Poucas vezes ouvimos alguém se identificar como pardo, e, sendo esse grupo a maioria no Brasil, acreditamos que a discrepância entre os dados estatísticos e a realidade cotidiana não ocorre por acaso, mas é fruto da confusão identitária que permeia a sociedade brasileira. Torna-se, portanto, necessário investigar a construção da identidade do pardo, que parece ter sido forjada em bases frágeis e insustentáveis.

O objetivo da presente pesquisa é investigar as percepções identitárias da população parda no Brasil, analisando como se reconhecem e são socialmente percebidas em relação à raça e cor. No objetivo específico examinar como a ausência de conhecimento sobre questões raciais

influência o reconhecimento identitário e como hipótese analisar de que forma o apagamento da ancestralidade e as narrativas sócio-históricas violentas impactam a percepção de si e do outro enquanto sujeito pardo.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia do estudo será na perspectiva mista, ou seja, abordagem quantitativa e qualitativa visando explorar como as pessoas que se identificam como pardas no Brasil percebem sua própria identidade racial e como são percebidas socialmente, dentro de um contexto histórico e sociocultural. A pesquisa foi elaborada em um formulário online e divulgada pelas redes sociais. Quanto aos participantes na pesquisa foram incluídos indivíduos que atendam os seguintes critérios: idade entre 18 e 75 anos, residentes na baixada Santista, SP, de todos os gêneros, com escolaridade mínima de ensino fundamental I completo. Utilizou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Em relação aos riscos associados à pesquisa são mínimos, e foram colocados no projeto a orientação necessária aos participantes, todas orientações previamente aprovadas pela comissão ética. A pesquisa foi divulgada no seguinte link: https://forms.gle/HK5db4i1Umzx4JYa6.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando a perspectiva decolonial da pesquisa, decidiu-se seguir com o questionário, sem o uso de imagens, reconhecendo que tais tensões metodológicas constituem, por si mesmas, elementos relevantes de investigação. A psicanálise, ao enfatizar o sujeito do inconsciente, reforça a importância de considerar a subjetividade como central para compreender a identidade racial, cultural e histórica dos participantes (Débieux, s.d.).

O questionário permaneceu disponível por 45 dias, recebendo 70 respostas. Quatorze respondentes foram excluídos por não atenderem aos critérios de inclusão, resultando em uma amostra final de 56 participantes.

3. 1 PERFIL DOS RESPONDENTES

Tabela 1: Perfil dos respondentes coletados

Variável	Categoria	Frequência
Gênero	Feminino	35
	Masculino	18
	Não informado	3
Escolaridade	Ensino superior completo	28
	Ensino superior incompleto	7
	Cursando ensino superior	16
	Ensino médio completo	5
Cidade	Santos	28
	São Vicente	22
	Guarujá	3
	Praia Grande	3
Autodeclaração racial	Branca	33
	Parda	25
	Negra	11
	Não soube informar	1
Mãe	Branca	32
Pai	Branco	28
Avó materna	Branca	34

Observa-se na Tabela 1 que a amostra é predominantemente feminina, residente em Santos, com escolaridade elevada (majoritariamente ensino superior completo ou em andamento). Esse perfil confirma dados de relatórios sobre desigualdades raciais, que indicam maior presença de pessoas brancas em espaços de ensino superior.

3.2 Observações sobre compreensão racial

Mesmo entre participantes com escolaridade superior, observou-se confusão terminológica na autodeclaração racial: cinco pessoas utilizaram o termo “negro” de forma genérica quando solicitado especificar cor. Tal resultado indica falta de compreensão sobre os

termos utilizados no Brasil para designar cor e raça, evidenciando lacunas no conhecimento social sobre racialidade. O termo “negro” abarca pessoas pretas e pardas, mas nem sempre é compreendido dessa forma, revelando limitações na educação e no reconhecimento da diversidade racial.

3.3 Discussão teórica

A psicanálise lacaniana contribui para compreender esses achados. Segundo Lacan, todo sujeito é constituído pelo olhar do Outro; sua identidade não é natural, mas atravessada pelas classificações e posições devolvidas socialmente. Quando o Outro não devolve uma posição clara, surge incerteza e deslocamento na percepção de si, como se evidencia nas respostas à pergunta “Você considera que sabe informar seu grupo étnico-racial? Se sim, desde quando?”:

- Pessoa 1: “Sim, na graduação de Psicologia.”
- Pessoa 2: “Acredito que seja branco.”
- Pessoa 3: “Não muito.”
- Pessoa 4: “Desde a minha adolescência.”

Essas respostas indicam que muitos brasileiros só se reconhecem racialmente após anos de vivência, atravessados por um “não-dito” social.

Fanon (2008) reforça a luta para descobrir o sentido da identidade negra. A civilização branca, a cultura europeia impôs ao negro um desvio existencial, ou seja, que a identidade negra se constitui diante do olhar branco, que fixa o indivíduo em uma posição de inferioridade, gerando alienação. A hesitação em responder revela a violência simbólica desse olhar, mostrando como a diferença racial é inscrita na subjetividade e na construção identitária.

No recorte sócio-histórico e cultural analisado, confirma-se que boa parte dos brasileiros não brancos leva décadas para se reconhecer como tal, devido à falta de informação e conscientização sobre racialidade. Esse contexto evidencia dificuldades não apenas na vida individual, mas também na participação política e cultural, refletindo feridas profundas na identidade coletiva.

4 CONCLUSÃO

A análise dos dados responde ao objetivo inicial da pesquisa, evidenciando que, mesmo entre participantes com alta escolaridade, persistem lacunas na percepção identitária e compreensão racial, expressas na utilização imprecisa de termos como “negro”. Esse resultado

revela limites estruturais na educação e no reconhecimento social da diversidade racial no Brasil. A psicanálise lacaniana contribui para elucidar esse fenômeno ao destacar que a identidade é constituída pelo olhar do Outro, produzindo incertezas quando a devolutiva social é marcada pela indefinição. Em diálogo, Fanon (2008) demonstra que a identidade negra é atravessada pela experiência do olhar branco, instaurando alienação e violência simbólica. Nesse sentido, o processo de reconhecimento racial aparece como um percurso tardio e fragmentado, atravessado por não-ditos sociais e desigualdades históricas. Assim, confirma-se que as tensões metodológicas, discursivas e identitárias não apenas informam o campo de estudo, mas constituem elementos fundamentais de análise sobre a subjetividade e a racialidade no contexto brasileiro contemporâneo. Importante ressaltar os agradecimentos aos professores e orientação que incentivaram a pesquisa tratada como também a inspiração para trabalhos futuros.

5 REFERÊNCIAS

Ballestrin, L. América Latina e o giro decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, DF, n. 11, 2013, p. 89-117.

Bento, Maria Aparecida da. Branqueamento e Branquitude no Brasil. 3 cópias Social do Racismo: estudos sobre a branquitude e branqueamento no Brasil. Rio de janeiro: vozes, 2002.

Brasil. Lei n° 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre a regulamentação de terras brasileiras. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim601.htm. Acesso em: o6 jun. 2024.

Brocos, M. A redenção de Cam. 1895. Pintura, óleo sobre tela, 199 x 166 cm. OK

Fanon, F. Pele negra, máscaras brancas. Tradução: R. Silveira. ed. Salvador, BA: UFBA, v. 24, 2008.

Freud, S. Sobre o narcisismo: uma introdução. (1920). Tradução: Paulo César de Souza. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo 2022: pela primeira vez, desde 1991, a maior parte da população do Brasil se declara parda. Disponível em: https://educa.ibge.gov.br/conheça-o-brasil/população/18319-corou-raca. Acesso em 06 jun. 2024.

Lacan, Jacques. Escritos. Tradução de Sergio Telles. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

Débieux, Miriam Rosa, A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. Revista Mal-Estar e Subjetividade, Fortaleza, v.2, n.2 p. 329-348

Souza, N. S. Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

Schucman, L. V. Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. 2.ed. São Paulo: Veneta, 2020.